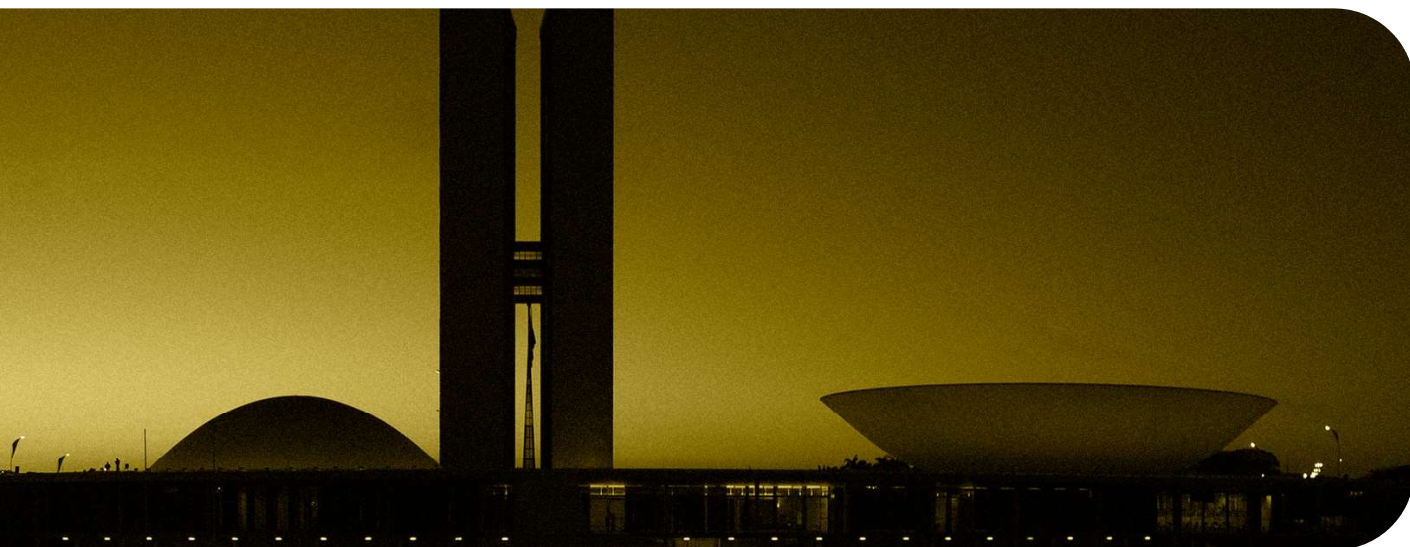


Agenda Semanal

01 a 03 de junho



Destques
da
Semana:

"Gilmarpalooza"

Fim da Escala 6x1

Cenário Político

O Congresso Nacional inicia a semana sob um ritmo acentuadamente esvaziado em Brasília em decorrência do feriado prolongado de Corpus Christi. O esvaziamento físico da capital federal transfere o eixo das articulações políticas para as agendas institucionais externas e de bastidores, destacando-se a participação do presidente da Câmara, Hugo Motta, na mesa de abertura do Fórum de Lisboa, em Portugal.

Em contrapartida, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, cancelou sua ida ao evento europeu para priorizar uma entrega de infraestrutura de conectividade do governo federal no Amapá. O gesto, contudo, ocorre sob uma relação ainda paralisada e estremecida com o presidente Lula desde a rejeição do nome de Jorge Messias ao STF, mantendo os dois chefes de Poder sem comunicação direta há mais de um mês.

No flanco externo e de segurança, o ambiente político monitora a entrada em vigor da classificação do Comando Vermelho e do PCC como organizações terroristas pelos Estados Unidos, além da iminente conclusão da investigação do governo americano (USTR) que pode impor sanções tarifárias ao Brasil por práticas desleais e ocorrência de trabalho forçado.



Fim da Escala 6x1

Apesar da ausência de sessões deliberativas na CCJ, os bastidores do Senado concentram-se nas negociações sobre o calendário de tramitação da PEC que extingue a escala 6x1. Pressionado pela votação expressiva vinda da Câmara, Davi Alcolumbre agendou uma reunião com os líderes partidários para esta terça-feira (2) para balizar o rito da matéria. O debate será marcado por uma forte queda de braço: a oposição, inflada pela pressão de setores empresariais, usará uma PEC alternativa baseada em horas trabalhadas e livre pactuação para forçar a ampliação do prazo de transição considerado impraticável no texto original, que prevê a aplicação de dois dias de folga semanais (5x2) em até 60 dias após a promulgação. O Palácio do Planalto atua para que o presidente da CCJ, Otto Alencar, priorize integralmente o texto dos deputados e rejeite a fusão das propostas, visando aprovar a jornada de 40 horas sem alterações de mérito até o dia 10 de junho, garantindo a promulgação antes do recesso de julho.

"Gilmarpalooza"

O Fórum de Lisboa, evento acadêmico liderado pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e apelidado de "Gilmarpalooza", iniciou sua 14ª edição em Portugal marcada por controvérsias e uma presença mais tímida de autoridades e empresários em comparação a anos anteriores. Órgãos públicos dos três Poderes autorizaram a viagem de pelo menos 135 servidores e autoridades, financiando parte das diárias e passagens com verba pública. Entre os gastos revelados, o Tribunal de Justiça do Piauí e o Tribunal de Contas da União (TCU) desembolsarão juntos cerca de 692 mil reais. A Advocacia-Geral da União (AGU) lidera o número de autorizações de viagem, enquanto estados como o Tocantins enviaram comitivas que incluem o governador Wanderlei Barbosa e a primeira-dama. Quatro senadores também solicitaram liberação oficial para comparecer ao encontro, cuja temática oficial aborda os desafios democráticos, tecnológicos e econômicos da nova ordem internacional.

Apesar da defesa dos organizadores de que o fórum possui caráter estritamente acadêmico, o evento é frequentemente criticado pela intensa programação paralela de jantares e coquetéis patrocinados por grandes bancos, empresas e bancas de advocacia. Críticos apontam o espaço como um ambiente de lobby judiciário focado em "despachos auriculares" com magistrados que julgam causas

de interesse desses setores. Diante do desgaste provocado por escândalos políticos recentes, como o caso do Banco Master, a abertura desta edição registrou a ausência de grandes empresários tradicionais, além de uma participação reduzida de ministros do STF. Apenas os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes compareceram ao encontro de Lisboa, visto que Flávio Dino cancelou sua participação após fraturar o pé em um acidente doméstico.

Em contraposição ao fórum em Portugal, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, inaugurou em Brasília o Congresso Internacional Estado de Direito e Ética Judicial, que foi apelidado no meio jurídico de "anti-Gilmarpalooza". O evento em solo brasileiro reúne representantes de cortes supremas de 17 países e foca em debates fechados sobre integridade, independência e a criação de um código de ética para a magistratura nas cortes superiores. Essa pauta opõe Benjamin a Gilmar Mendes, que combate publicamente tais regras de conduta. O congresso de Brasília atraiu figuras de peso que se distanciaram de Lisboa, como o presidente do STF, Edson Fachin, e a ministra Cármen Lúcia, evidenciando uma divisão no Judiciário brasileiro moldada pela postura ética e institucional de seus membros.





Cecilia Rodrigues -
Analista de Relações
Governamentais

Pespectiva Semanal

O cenário político desta semana é marcado por um esvaziamento generalizado no Congresso Nacional, motivado pelas vésperas do feriado de Corpus Christi (4), reduzindo drasticamente o ritmo legislativo e a densidade das pautas em Brasília. Na Câmara dos Deputados, as comissões permanentes operam de forma reduzida, limitando-se à realização de audiências públicas, enquanto o plenário tem sessão deliberativa agendada apenas para esta terça-feira, sem matérias de relevância na ordem do dia. No Senado Federal, o panorama de calma se repete com sessões de plenário restritas a terça e quarta-feira, pautando somente três propostas de baixo peso político por dia, refletindo o compasso de espera que toma conta das duas Casas.

Apesar da baixa atividade nos plenários, as principais articulações políticas se concentrarão nos bastidores e no Poder Executivo. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, conduzirá uma reunião estratégica com líderes partidários para debater o cronograma de tramitação e o futuro da PEC que prevê o fim da escala de trabalho 6x1. Paralelamente, o presidente Lula convocou sua equipe ministerial para uma reunião na quarta-feira (3), com o objetivo de alinhar as metas do governo frente ao calendário eleitoral e assegurar uma agenda positiva de entregas nas próximas semanas.

Avaliação Semanal do Governo



Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou uma expansão de 1,1% no primeiro trimestre, de acordo com dados divulgados pelo IBGE. Esse resultado demonstra uma aceleração do ritmo econômico quando comparado aos últimos três meses de 2025, período em que a economia do país havia crescido 0,3% (conforme dado revisado). Já no confronto com o mesmo trimestre de 2025, o crescimento foi de 1,8%, ao passo que o indicador acumulado nos últimos quatro trimestres apresentou uma evolução de 2%.



Política

A aprovação do fim da escala de trabalho 6x1 pela Câmara dos Deputados representou uma vitória política de peso para o governo federal. O presidente Lula (PT) vem apostando nessa pauta desde o ano passado como uma estratégia central para impulsionar seus índices de popularidade e de intenção de voto. Com o avanço na Câmara, o texto segue agora para a análise do Senado Federal, etapa na qual o próprio presidente deve atuar pessoalmente na articulação para garantir o andamento da matéria.



Social

Pela primeira vez, o Brasil alcançou a faixa de desenvolvimento humano classificada como “muito alto”, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2024, que mensura os critérios de longevidade, educação e renda. No entanto, os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) revelam que esse patamar elevado atinge apenas a população branca, cujo indicador atingiu 0,851. Em contrapartida, o índice registrado para a população negra ficou em 0,774, patamar que é enquadrado na categoria de desenvolvimento humano “alto”.

Economia

Resumo do Cenário Econômico

O Boletim Focus do Banco Central, divulgado em 1 de junho de 2026, consolidou a 12ª elevação semanal consecutiva na projeção da inflação para este ano, com o IPCA rompendo a barreira dos 5%. O mercado desenha um panorama de preços persistentemente pressionados, mas com sinais de aceleração na atividade econômica, após o IBGE registrar crescimento de 1,1% no PIB do primeiro trimestre sob o impulso da agropecuária, da indústria e do consumo. Em resposta ao maior dinamismo interno, as estimativas de crescimento para o fechamento do ano foram revistas para cima pela segunda semana consecutiva. Como contrapartida técnica a esse ciclo de tração econômica, o mercado promoveu cortes marginais nas projeções cambiais para o curto e médio prazo, enquanto a taxa básica de juros permaneceu estagnada em patamar elevado

Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos 2026

- INFLAÇÃO (IPCA): 5,09% ▲
- CRESCIMENTO (PIB): 1,90% ▲
- JUROS (SELIC): 13,25% —
- CÂMBIO (DÓLAR): R\$ 5,16 ▼

Indicadores Econômicos 2027

- INFLAÇÃO (IPCA): 4,02% ▲
- CRESCIMENTO (PIB): 1,70% —
- JUROS (SELIC): 11,25% —
- CÂMBIO (DÓLAR): R\$ 5,25 ▼

Notícias



‘Não tem nada a ver com o filme’, diz Flávio sobre operação contra produtora

O senador Flávio Bolsonaro (PL) afirmou na manhã desta segunda-feira, 01, que a operação da Polícia Civil de São Paulo envolvendo contrato da prefeitura da capital paulista com o Instituto Conhecer Brasil não tem ligação com o filme “Dark Horse”, sobre Jair Bolsonaro. “Não tem nada a ver com o filme”, disse o pré-candidato a presidente, em agenda no Rio. O instituto foi criado por Karina Ferreira da Gama, sócia da produtora Go UP Entertainment, responsável pelo longa sobre Bolsonaro.



Semana em Brasília será marcada por negociações sobre PEC da escala 6x1

A semana começa com expectativa sobre os próximos passos da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Após a aprovação em dois turnos pela Câmara dos Deputados na semana passada, o texto deve começar a movimentar o Senado, embora a análise formal pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa ainda deva demorar alguns dias.

FOLHA DE S.PAULO

A votação simbólica não é a vilã

No último domingo (24), a Folha publicou, com destaque em sua capa da versão impressa, matéria sobre o uso de votações simbólicas pelo Congresso brasileiro, sob o argumento de que esse expediente comprometeria a legitimidade e a transparência do Legislativo.

Como discuti neste espaço em julho de 2025, a ciência política já identificou mecanismos que legislaturas “ocupadas”, com alta demanda de temas a serem discutidos e votados, utilizam para organizar o trabalho legislativo e otimizar o tempo escasso. A votação simbólica, também chamada de “unrecorded collective vote”, “voice vote” ou “signal vote”, é um deles. A distribuição desigual do tempo de discurso entre líderes partidários e deputados ordinários é outro.



Senado Federal

Sessão Deliberativa Ordinária



14h



03/06



Plenário

PL 3995/2024 - Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

PL 3995/2024 - Presidência da República - Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Relator: aguarda designação de relator no plenário.



Câmara dos Deputados

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)



14h



26/05



Plenário 06

PL 485/2026 - Ampliação gradual da instalação e do funcionamento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam)

PL 485/2026 - Átila Lins - PSD/AM - Altera a Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023, para dispor sobre a ampliação gradual da instalação e do funcionamento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam).

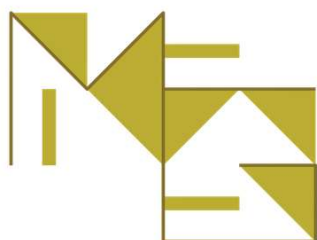
Relatora: Delegada Adriana Accorsi (PT-GO)

Parecer: pela aprovação.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.*
